



**ACÓRDÃO Nº160/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12476/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico – COHASB.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Renan Castro Maia (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5213/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico – COHASB, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. **Renan Castro Maia**, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/96 c/c os arts. 188, §1º, II e 189, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **Renan Castro Maia**, no valor de R\$ **3.000,00** (três mil reais) na forma prevista no artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas (restrições 03, 07 e 08) na Fundamentação do Relatório-Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso



**ACÓRDÃO Nº160/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Renan Castro Maia** no valor de R\$ **11.947,60** (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) em virtude da remessa fora do prazo estabelecido no art. 15 da LC nº 06/91 c/c art. 20, II, LC nº 24/2000, ao Tribunal de Contas, dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro a abril e junho a agosto de 2019, nos termos do artigo 308, inciso I, “a”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Recomendar** à Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB a devida observância da legislação, sobretudo, quanto à



**ACÓRDÃO Nº160/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

remessa/apresentação da documentação tratada nestes autos;

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao Sr. **Renan Castro Maia** acerca do julgamento feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

**10.6. Arquivar** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator.

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral.